

O protagonismo de Alberto de Monsaraz na História do Integralismo Lusitano

The Protagonism of Alberto de Monsaraz in the History of Lusitanian Integralism

Nuno Simão Ferreira*

Resumo

O presente estudo visa abordar o pensamento e a acção de Alberto de Monsaraz. Alberto de Monsaraz, um vulto da primeira geração integralista, foi um activista político, tendo sido secretário da *Nação Portuguesa* na sua primeira edição e director do diário vespertino integralista *A Monarquia*, também na sua primeira edição. Foi, ainda, colaborador e financiador da revista *A Ideia Nacional* de Homem Cristo Filho.

Palavras-Chave

Alberto de Monsaraz, Integralismo Lusitano, Academia de Coimbra, *Nação Portuguesa*, *A Monarquia*.

Abstract

The present study aims to address the thoughts and actions of Alberto de Monsaraz. A notable figure of the first generation of *integralistas*, Alberto de Monsaraz was a political activist, having been secretary of the *Nação Portuguesa* [Portuguese Nation] in its first edition, and director of the *integralista* afternoon daily *A Monarquia* [The Monarchy], also in its first edition. He was even a collaborator and financier of the journal *A Ideia Nacional* [The National Idea] by Homem Cristo Filho.

Keywords

Alberto de Monsaraz. Lusitanian Integralism. Academy of Coimbra. *The Portuguese Nation*. *The Monarchy*.

* Doutorando em História Contemporânea, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal. Contato: e-mail: nunosf@iol.pt e nunomgsf@gmail.com

O presente estudo incide sobre o período referente ao pensamento e à acção de Alberto de Monsaraz durante a vigência do movimento do Integralismo Lusitano.

Este trabalho insere-se no contexto da minha Dissertação de Mestrado que visa uma abordagem minuciosa da biografia, da acção política e da produção doutrinária de Alberto de Monsaraz.

Em 1888, António de Macedo de Papança,¹ então, visconde de Monsaraz, título atribuído por D. Luís em 8 de Novembro de 1884, casava com D. Amélia Augusta Fernandes Coelho Simões.

A 28 de Fevereiro de 1889, nascia em Lisboa Alberto de Monsaraz.

A actividade política de Alberto de Monsaraz inicia-se aquando da crise académica coimbrã de 1907, ao publicar em *O Século* uma carta onde discorre sobre os motivos por que discordava da greve.

Registo que de facto Alberto de Monsaraz, como iremos ver, pela leitura e análise de excertos de cartas, terá um papel fundamental na fundação e subsequente organização do Integralismo Lusitano.

Realço, ainda, que durante o tempo de formação intelectual, de influências literárias dos “esotéricos” ou dos futuros integralistas, alimentaram uma tertúlia estético-literária, sem conotações políticas, e que teria tido como seu grande vulto inspirador, pelo menos a nível do gosto inculcado pela poesia regionalista, tão bem ilustrada na *Musa Alentejana*, D. António Macedo Papança, primeiro conde de Monsaraz.

Acordadas as bases do futuro Integralismo Lusitano e o entendimento comum em criar uma revista (futura *Nação Portuguesa*), onde os futuros integralistas dariam azo à contestação da República, assinala-se a contribuição extremamente relevante de Alberto de Monsaraz no desenlace das diligências, no desenvolvimento de contactos e no apoio financeiro.

Do período da Formação Intelectual ou da Academia de Coimbra até ao período da organização integralista perpassam duas marcas de Alberto de Monsaraz, a admiração e apego sentimental para com o seu pai, a amizade incondicional e leal nutrida por António Sardinha.

A produção doutrinária de Alberto de Monsaraz reporta-se, essencialmente, aos dois movimentos políticos de que o próprio Monsaraz foi um elemento de primeira linha: Integralismo Lusitano e Nacional-Sindicalismo. Movimentos que combateram sem quartel a República e as ideias democráticas, tanto na acção como na frente ideológica,

¹ Ver “Prospecto da Sessão Evocativa do 150º Aniversário do Nascimento de D. António de Macedo Papança, Conde de Monsaraz”.

revelando-se fundamentais para a emergência da ideia do messianismo ditatorial, no sentido de haver um poder forte e autoritário com o intuito de zelar intransigentemente pelo bem público, e acabando por contribuir, nos anos 30, para o surgimento de uma experiência política de direita estável, conservadora, antiliberal e antidemocrática, o “Estado Novo” de António Oliveira Salazar, que se viria a portar como um autêntico “Integralismo Republicano”.

É de destacar que Alberto de Monsaraz, enquanto vulto da primeira geração integralista, era há pouco tempo a personalidade menos conhecida e menos estudada historiograficamente, dadas as constatadas lacunas e omissões que fui notando ao longo da sua abordagem ideo-biográfica e do seu activismo político. Monsaraz foi publicista, escritor, ensaísta, jornalista e poeta. Formado em Direito, nunca exerceu a profissão de advogado, para não cooperar com a República, preferindo gerir a fortuna familiar. Como jornalista, que ao longo da sua carreira conheceu o freio da censura, utilizou o pseudónimo de “Évora de Macedo”. Monárquico integralista, durante algum tempo aderiu favoravelmente aos ímpetus renovadores, turbulentos, ruidosos e de dinâmica vanguardista da juventude universitária integralista do pós-I Guerra Mundial.

Antes de escrever as dedicatórias de livros que lhe foram solicitados ao longo da sua vida, possuía um caderno, no qual as trabalhava empenhadamente, ajustando-as ao destinatário, independentemente do seu credo político e religioso. Embora, fosse um monárquico convicto, não enfileirou em separatismos maniqueístas, conseguindo manter amizades em outros campos ideológicos e religiosos.

Alberto de Monsaraz regressava a Portugal na Primavera ou nos inícios de 1913, juntamente com os seus pais que se tinham fixado voluntariamente em Paris. Vinha acabar o seu curso de Direito em Coimbra, passando a viver nos Arcos do Jardim nº35.

Em Setembro de 1913, Alberto de Monsaraz, ainda estudante universitário de Coimbra, António Sardinha, oficial do Registo Civil em Monforte e Hipólito Raposo, professor na Escola de Arte de Representar e funcionário dos serviços de Instrução Pública, reuniram-se na Quinta das Olaias, na Figueira da Foz. Animados por sentimentos comuns e desejosos do combate político, decidiram veicular o seu protesto contra a República portuguesa, através de um órgão de comunicação, que seria a revista “Nação Portuguesa”, que apareceu a público a 8 de Abril de 1914.

A esta ideia não foi alheio o facto do surgimento e da linguagem usada nos opúsculos “Os Meus Cadernos”, em Agosto de 1913, por iniciativa do padre Amadeu Vasconcelos, o que acabou por agradar de

modo especial ao triunvirato dos “*esotéricos*” ou futuros integralistas, por serem próximos das suas próprias ideias.

Na reunião da Quinta das Orlaias assentou-se que Alberto de Monsaraz, na qualidade de director da futura revista, escrevesse a Mariotte para que pudesse incluir o seu nome entre os poucos colaboradores iniciais da revista.

Efectivamente, Monsaraz redigiu a carta a Mariotte, na qual pedia a colaboração para o projecto da “Nação Portuguesa”.

Nesse mês de Setembro, quando se encontrava ainda combatido pela morte recente de seu pai, Monsaraz numa carta dirigida a D. Manuel II, felicitava-o pelo seu casamento com a princesa Vitória e aproveitava para anunciar-lhe um dos pilares da Monarquia Integralista, a hereditariedade do poder.

Nós monárquicos, que o somos pelo cérebro e pelo coração, que vemos na monarquia não um simples regresso ao passado, mas um progresso definitivo a realizar, uma forma superior de governo para nós, o casamento de El-Rei é a máxima das consolações políticas, representa a garantia da continuidade do poder régio, sem cujo pleno exercício não há ordem social possível, nem liberdade pública que dure.²

Embora o regresso à Monarquia fosse apresentado como uma involução, mas sempre feito em termos actualizados relativamente ao tempo presente de então, não impedia que o modelo ideal de Monarquia Integralista remontasse à Idade Média, época da pretensa descentralização administrativa, do municipalismo, do respeito pelos costumes, foros e liberdades locais dos povos.

A Monarquia teria na chefia do Estado um rei legítimo, autoritário, árbitro supremo e aglutinador do espírito nacional.

Tem sofrido esta pobre terra, vai para três anos, os forçosos martírios da aventura demagógica, à qual a imaginação exaltada dos povos latinos não sabe escapar. Mas hoje convertem-se os desiludidos e os fracos que se haviam deixado oprimir, retomam consciência da sua força. Por toda a parte acordam as energias tradicionais da Raça. Os municípios relembram as velhas regalias perdidas e o país inteiro deseja o monarca forte que lhos restitua e continue, entretanto, na plenitude do seu poder, reinando e governando, para maior glória de prerrogativas régias e engrandecimento da Nação... Que lindo sonho: o reinado de D. Sancho I sob o ceptro de D. João II.³

² Espólio de Alberto Monsaraz (EAM), Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Setembro de 1913.

³ EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Setembro de 1913.

A este renascimento monárquico que Monsaraz estava a testemunhar em Portugal, não era alheio o facto de ter estado em Paris, onde contactara directamente com a intelectualidade contra-revolucionária, positivista e nacionalista, sobretudo em torno de Charles Maurras e da sua Action Française.

Entretanto, esta intelectualidade contra-revolucionária parisiense começava a cativar as leituras dos jovens estudantes monárquicos lusos da Academia de Coimbra.

As tendências nacionalistas e integralistas que estão preparando o renascimento da França, deslumbram hoje, uma forte corrente de reacção vital, a mocidade portuguesa, e a mocidade portuguesa, da Pátria e do Exército, aguarda ansiosamente, com Vossa Majestade, a hora do resgate, segura de que o alto e claro espírito de El-Rei e o seu generoso patriotismo saberão, dentro em breve, realizar-lhe as mais vivas aspirações, revivendo no presente os dias mortos de triunfo.⁴

Monsaraz, por fim, como anfitrião da reunião da Quinta das Olaias, transmitia a D. Manuel II a ânsia de querer mudar os destinos políticos de Portugal, que era no fundo, a ideia embrionária do Integralismo Lusitano.

Permita Deus que os génios bons, que presidem aos destinos dos novos, tornem a abrir as asas no céu de Portugal e nos fortaleçam, a nós, a esta pobre terra e a Vossa Majestade, com a sua misericórdia infinita, para a grande obra de ressurgimento e de vida que se nos impõe e em germém palpita no nosso futuro.⁵

Em Outubro de 1913, Alberto de Monsaraz redigia a prometida carta a Mariotte nos seguintes termos:

[...] escrevo hoje pela primeira vez a V.Exc.^a *sem ter o gosto de o conhecer. E escrevo-lhe porque uma forte corrente de simpatia intelectual me prende ao seu espírito, fundindo as nossas aspirações e os nossos ideais na mesma esperança de resgate. O Snr. Amadeu de Vasconcelos foi meu contemporâneo em Coimbra.* Peregrinava, então, embora com talentosa sinceridade, pelas charnecas da democracia.

Eu era um monárquico por dogma, director do Centro Realista e achava-me, sem saber porquê, na extrema direita da política académica. Abandonámos os cursos universitários quase ao mesmo tempo, procurando, um voluntário exílio, qualquer coisa voluntariamente superior e superiormente bela, que a Pátria não tinha para nos dar. Agora, passados três longos anos de trabalho persistente e honesto, encontrámo-nos de novo, mas desta vez, trilhando o

⁴ EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Setembro de 1913.

⁵ *Ibidem*.

mesmo caminho, embebedos ambos nesse prodigioso renascimento místico e social que há-de vivificar a têmpera dos povos modernos, pela renegada exuberância das suas velhas energias latentes. Eu e alguns amigos, rapazes da nossa geração, vamos criar uma revista de propaganda e crítica, revista de ideias, que oriente os espíritos, nesta indisciplinada terra, e lhes revive, à luz das últimas verdades sociais, aquele abençoado patriotismo, salvaguarda da Raça e esperança infalível de redução. Podemos nós contar com o apoio de V. Ex.^a, com a sua pena polemista, tão rica de entusiasmo e sinceridade? Se assim fosse, pe o que mo comunique para a Quinta das Olaias na Figueira da Foz.

O snr. Amadeu de Vasconcelos não faz ideia geral do geral e espontâneo aplauso que as novas doutrinas políticas encontram nesta boa gente de Portugal. Depois da morte do meu Pai tenho-me conservado na província, onde mais facilmente se podem sentir as pulsações da grande artéria popular. E hoje assevero, sem receio de ilusões que, se qualquer maquinação de ignóbil diplomacia europeia não vier estrangular a nacionalidade neste momento de crise pública, ela está próxima de acordar para a vida, forte daquele antigo valor de que a História ainda nos fala maravilhada. Chegou a hora do resgate. Deus nos assista!⁶

Mariotte, republicano que se convertera em Paris   Action Française, respondeu a Alberto de Monsaraz cerca de um mês depois, justificando o atraso da sua resposta pelo excesso de trabalho que tinha e aproveitava a oportunidade para sugerir propostas acerca do projecto dos futuros integralistas.

Estou pronto a colaborar na revista que V.Ex.^a tenciona fundar, apesar do muito trabalho que me assoberba, visto que só pelo meu trabalho me posso conservar aqui e o trabalho de laboratório na Sorbonne me rouba muitas horas por dia. Alegrou-me as palavras de V.Ex.^a sobre o estado de espírito português; elas confirmaram outras impressões que me têm sido comunicadas. No entanto entendo que a remodelação da mentalidade do país leva ainda muitos anos.⁷

Mariotte assemelhava-se aos futuros integralistas em querer criar uma “Liga de Acção Nacional” como um movimento doutrinário semelhante   Action Française, mas sublinhava a sua limitação em possuir capital humano suficiente e as dificuldades em formular uma ideologia em termos nacionais.

[...] Estou pronto a colaborar com V.Ex.^a e com os seus companheiros. Por mim, se o editor dos Meus Cadernos o permitir conto pass -los há semanas, empregando todo um ano de evangelização dum completo programa de ideais antidemocráticos, para se chegar até   formação dum “Liga de Acção

⁶ EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a Mariotte, 27 de Outubro de 1913.

⁷ EAM, Carta de Mariotte a Alberto de Monsaraz, rue Daubenton, 28, Paris, 25 de Novembro de 1913.

Nacional” que concentre a força viva neste movimento. [...] Aqui tenho feito a máxima propaganda individual destas ideias entre os portugueses que desde há um ano tenho encontrado. Conto por isso já com um núcleo que aparecerá logo que as ideias antidemocráticas sejam conhecidas no nosso país.

Mariotte sugeria-lhe que criassem uma editora própria à semelhança da “Nouvelle Librairie Nationale” de forma a divulgarem livre e espontaneamente a doutrina e a propaganda políticas:

Em Portugal a situação então é impossível. Nem V.S.^a calcula o que eu tenho lutado para poder publicar Os Meus Cadernos, e as Cartas a um livre pensador. [...] Ora aqui mesmo, falando com o Dr. Camossa e com o Dr. Rebelo, seu futuro cunhado, eles reconheceram quanto se torna imperioso criar uma casa de edição que contrabalance a acção dos maiores livros ali publicados. Essa livraria verdadeiramente nacional; só publicaria coisas que servissem para levantar e educar o espírito público. [...] Eu entendo que só assim se conseguirá criar uma elite que pense duma maneira verdadeiramente nacional. [...] Com o Camossa tinha eu calculado aqui arranjar vinte rapazes que fossem os fundadores duma tal obra. Cada um deles entraria com um conto de reis [...]. Não poderia então V.Ex.^a falar com o Dr. Camossa sobre o assunto a ver se poderiam começar a dar-lhe bases? [...] A revista que V.Ex.^a projecta poderia já ser editada por uma livraria assim fundada. Que parece isto a V.Ex.^a?⁸

Alberto de Monsaraz teria sido, como vemos adiante, o elemento imprescindível e mais encorajador do projecto da *Nação Portuguesa*. Isso também é explicável por não ter uma vida profissional activa, por ainda ser estudante de Direito, crescendo o bom nível de vida que possuía, e que lhe permitiu arcar com as deslocações para angariar contactos e apoiantes. Tinha ainda uma relativa facilidade de convívência no meio de editores, que já vinha dos tempos de seu pai.

A 6 de Novembro de 1913, Alberto de Monsaraz em tentativas proselitistas para o projecto da revista anunciou uma adesão importante,

[...] falei com o Teixeira (futuro secretário da “Nação Portuguesa”). Aceitou a proposta sem hesitações. Portanto, logo que as circunstâncias nos favoreçam, mãos à obra. Vou de propósito a Coimbra, um dia destes, fora conversar com o Pulido.⁹

Nuno M. Teixeira ficou encarregado de toda a correspondência e recepção das várias colaborações, enquanto a edição foi assegurada pela conceituada casa França & Arménio.

⁸ EAM, Carta de Mariotte a Alberto de Monsaraz, rue Daubenton, 28, Paris, 25 de Novembro de 1913.

⁹ Espólio António Sardinha (EAS), Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº149, Carta nº54, Quinta das Olaias – Figueira da Foz, 6 de Novembro de 1913.

Domingos Garcia Pulido também recebeu muito bem as propostas de Monsaraz:

[...] estive com o Pulido: fazes lá ideia da maneira, mais que vertiginosa, pela qual o rapazinho se vai integrando na boa doutrina de nossos avós! É uma consolação! Mais um para nós, menos um para eles, e este um elemento de alto valor, entusiástico no aplauso terrível na destruição.¹⁰

O fim do processo preparatório da publicação da “Nação Portuguesa” aproximava-se do fim, como confirma Monsaraz a António Sardinha: *“ai vão as provas. O tipógrafo decompõe-te a caligrafia, como verás pela carta junta. Oxalá te aproveite pois assim os teus artigos levam o dobro do tempo a compor”*. E, ainda, aproveitou para sugerir o título mais adequado ao conteúdo do futuro primeiro artigo de Sardinha:

[...] o artigo é na verdade interessante. Acho porém que devias mudar-lhe o título, anotando o seguinte: “Teófilo mestre da Contra-Revolução”. Exprime igualmente as tuas ideias e parece-me mais sugestivo. Tu dirás. Também entendo que deverias substituir alguma exdrúxulas complicadas que, embora de significação precisa, podem parecer esotéricas a pessoas de má vontade. Desculpa a franqueza.¹¹

A 29 de Março de 1914, Monsaraz continuou a diligência no sentido do lançamento do futuro órgão integralista:

[...] a Revista deve aparecer até ao dia dois do mês que vem. Antes de 15 preciso ter a continuação do teu artigo. Vai trabalhando neste sentido. Escrevi também ao Braga, pedindo-lhe colaboração. Conto pela minha parte fazer um artigo interessante: os tratadistas e professores modernos da ciência nas várias universidades e as suas opiniões sobre a natureza da soberania e as formas de Governo.¹²

No ano de 1915, o Integralismo Lusitano conheceu um particular momento de projecção pública com a valorização das conferências na Liga Naval iniciadas a 7 de Abril. A conferência “Diplomacia Peninsular” chegou a ser anunciada e teria como prelector Alberto de Monsaraz, mas nunca veio a ser realizada. Numa carta de 8 de Abril, Monsaraz informava Sardinha: *“[...]já debes saber pelo Hipólito que não me tenho sentido bem e pedi por isso ao Braga que se referisse, na sua*

¹⁰ EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº149, Carta nº56, Quinta das Olaias – Figueira da Foz, 29 de Novembro de 1913.

¹¹ EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº149, Carta nº26, s.l., s.d.

¹² EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº149, Carta nº58, Arcos do Jardim – Coimbra, 29 mar 1914.

conferência, à parte diplomática que me cabia tratar. Custa-me muito não vos acompanhar. Mas não posso.¹³

Bem cedo o Integralismo Lusitano à semelhança da Action Française, de movimento doutrinário e literário se tornou político e os integralistas aproveitaram a projecção conseguida através das conferências na Liga Naval.

O Integralismo Lusitano criou em Abril de 1916, a sua Junta Central, integrando Adriano Xavier Cordeiro, António Sardinha, Alberto de Monsaraz, Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, Pequito Rebelo e Rui Enes Ulrich.

O aparecimento do Integralismo Lusitano, movimento monárquico tradicionalista, neo-miguelista, anti-parlamentar e anti-democrático, prendeu-se imediatamente com a publicação de 8 de Abril de 1914 na cidade de Coimbra, da revista *Nação Portuguesa*. A revista conheceu várias séries, tendo a primeira correspondido à direcção de Alberto de Monsaraz, entre 1914 e 1916, que foi também um dos principais vultos doutrinadores do Integralismo Lusitano e um dos grandes financiadores do projecto editorial.

A 6 de Abril de 1916, *A Ideia Nacional*, criada durante a ditadura de Pimenta de Castro, conheceu uma segunda série com menos colaboradores. Aos antigos, Aires de Ornelas, Alfredo Pimenta, João do Amaral, Homem Cristo Filho, entre outros, juntavam-se António Sardinha, Luís de Almeida Braga e Alberto de Monsaraz.

A acção política integralista organizada só se viria a exprimir com relevância a partir de finais de 1917, com a vitória da revolução sidonista a 5 de Dezembro.

Começou-se, então, a publicar o vespertino *A Monarquia*, a 12 de Fevereiro de 1917. Este diário teve como seu primeiro director Alberto de Monsaraz e João Amaral, como redactor-chefe.

A 22 de Abril de 1918, *A Monarquia*, noticiava que, uma vez terminada a permanência na Escola de Oficiais Milicianos, que o tinha afastado do diário, Monsaraz retomava a direcção do mesmo, coincidindo com a ausência de Sardinha no posto de redactor principal, enquanto não lhe fosse dada a ordem de partida para as trincheiras da I Guerra Mundial.

Após a morte de Sidónio Pais, os integralistas participaram nas tentativas restauracionistas do Porto (Monarquia do Norte) e em Lisboa (Combates de Monsanto).

¹³ EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº149, Carta nº66, Arcos do Jardim 35 – Coimbra, 8 abr 1915.

Em 19 de Janeiro de 1919, implantou-se a Monarquia do Norte.

Monárquico convicto, Alberto de Monsaraz à data alferes miliciano de Artilharia 3, enfileirou entre os combatentes comandados por Aires de Ornelas, que 23 de Janeiro ocuparam Monsanto.

A 24 de Janeiro concretizava-se o assalto republicano a Monsanto, levando a que os monárquicos conhecessem o gosto amargo da derrota.

No plano da realidade imediata, o resultado para a Junta Central integralista foi calamitoso.

No rescaldo da frustrada tentativa restauracionista de Monsanto, saldaram-se dois exilados, António Sardinha e Luís de Almeida Braga e dois feridos graves no Hospital de São José: Alberto de Monsaraz e Pequito Rebelo.

Os integralistas sentiram-se traídos pelas hesitações e ambiguidades demonstradas pelos representantes oficiais de D. Manuel II durante as sublevações monárquicas, assumindo a cisão.

A 2 de Setembro de 1920, os integralistas após negociações com o velho Partido Legitimista e com o ramo dinástico miguelista, passaram a obedecer politicamente e a apoiar as pretensões ao trono de D. Duarte Nuno de Bragança, Alberto de Monsaraz passou igualmente a respeitar a proclamada dissidência dinástica.

A 17 de Abril de 1922, os representantes de D. Manuel II e da infanta D. Maria Aldegundes de Bragança, assinaram o Tratado de Paris.

Os delegados da Junta Central integralista a Paris, Alberto de Monsaraz e Luís de Almeida Braga, foram apenas tomar conhecimento do Tratado. Convidados a conformar-se com as cláusulas respectivas, só o fizeram a instâncias da senhora Infanta D. Aldegundes.

A Junta Central integralista rejeitou o Pacto, o que provocou o afastamento dos seus membros enviados a Paris. Em substituição de Alberto de Monsaraz e de Luís de Almeida Braga passaram a fazer parte da Junta Central, Afonso Lucas e Francisco Rolão Preto.

A 4 de Maio de 1922, a Junta Central integralista proclamou o seu afastamento face ao Pacto de Paris numa nota oficiosa.

O Integralismo Lusitano politicamente foi marginalizado no campo realista. A Junta Central decidiu unilateralmente suspender temporariamente a actividade política e retomar com o aparecimento da *Nação Portuguesa*, em 1922, dirigida então por António Sardinha.

Em 1925, Alberto de Monsaraz e Luís de Almeida Braga reingressaram na Junta Central integralista, acompanhada pela denúncia do Pacto de Paris por parte dos monárquicos legitimistas.

Em 18 de Abril de 1925, dava-se a Revolução Nacionalista-Integralista de Sinel de Cordes; cerca de um ano depois, Alberto de Monsaraz à semelhança dos outros seus colegas integralistas simpatizava e tinha uma expectativa positiva inicial acerca da nova situação saída do movimento militar liderado por Gomes da Costa.

Em 1933, autodissolveu-se o Integralismo Lusitano e a sua Junta Central. Alberto de Monsaraz à semelhança de outros companheiros lutou sempre pela continuidade e propagação cultural do movimento.